



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo

PROCESSO Nº	
7112/25	
RÚBRICA	FOLHA Nº
HP	01

ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Processo: Externo - 007112/2025 PMST (27) 3259-3900

Procedência: UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Abertura: 11/06/2025 - 08:59:39

Destinatário: SMAS-SEC.MUN.DE ASSISTENCIA SOCIAL

Comentário: ENCAMINHA QUESTIONARIO PARA INSPEÇÃO DA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2019 - VERSÃO 02

MOVIMENTAÇÕES

SEQ	DESTINATÁRIO	DATA DO ENVIO	SEQ	DESTINATÁRIO	DATA DO ENVIO
01	SMAS	11.06.2025	16		
02	UCCI	30.06.2025	17		
03	SEGOV	01.08.2025	18		
04	UCCJ	14.08.2025	19		
05			20		
06			21		
07			22		
08			23		
09			24		
10			25		
11			26		
12			27		
13			28		
14			29		
15			30		

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER INSERIDAS NO SISTEMA ELETRÔNICO DE PROTOCOLO

OP Nº:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo

Processo n.º	7112/25
Rubrica	18
Folha n.º	02

Unidade Central de Controle Interno - UCCI

Ofício UCCI nº 96/2025

Santa Teresa, 11 de junho de 2025.

Senhora Secretária,

Em cumprimento às ações previstas no Plano Anual de Auditoria para o exercício de 2025, aprovado pelo Decreto Municipal nº 128/2025, de 19 de março de 2025, a Controladoria Geral do Município **realizará Inspeção na Instrução Normativa nº 03/2019 – Versão 02**, do Sistema de Bem Estar Social, que tem como objetivo estabelecer diretrizes, procedimentos e padrões operacionais para o atendimento e acompanhamento das famílias e indivíduos atendidos pelos serviços ofertados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade — PSEMC, do Sistema Único de Assistência Social — SUAS, através da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Santa Teresa - ES.

Para a realização do trabalho de inspeção foi elaborado na referida Instrução Normativa **um questionário na forma de checklist**, que deverá ser respondido até o dia 25 de junho de 2025, pelo Setor responsável, e após, devolver para a UCCI.

Atenciosamente,


Juliana Sales

Controladora Geral Interna

Secretaria Municipal de Assistência Social

A/C Sra. Ivana Maria Massini da Costa

Secretária Municipal de Assistência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"



INSTRUÇÃO NORMATIVA SBE Nº 03/2019

Versão: 02

Aprovação em: 07 de março de 2024.

Ato de aprovação: **Decreto nº 130/2024**

Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS

Processo nº:	7112/25
Rubrica:	03

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º. Esta Instrução Normativa tem como objetivo estabelecer diretrizes, procedimentos e padrões operacionais para o atendimento e acompanhamento das famílias e indivíduos atendidos pelos serviços ofertados no **Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade - PSEMC, do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Santa Teresa / ES.

CAPÍTULO II
DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º. A presente Instrução Normativa abrange a Secretaria Municipal de Assistência Social, no âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Teresa / ES.

CAPÍTULO III
DOS CONCEITOS

Art. 3º. Para fins desta Instrução Normativa considera-se:

I. **Sistema Único de Assistência Social - SUAS:** O SUAS é um sistema público que



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"

Processo nº	7112/25
Rubrica:	0
Folha nº	04

1

organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Criado pela Lei nº 8.742/93, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), estrutura a forma como a Assistência Social é prestada no país, garantindo um padrão de qualidade, princípios e diretrizes uniformes. O SUAS é essencial para a garantia de direitos sociais, atuando na prevenção de situações de risco e amparo às pessoas que vivenciam vulnerabilidades diversas, contribuindo significativamente para a inclusão social e a redução das desigualdades. O SUAS se organiza por níveis de Proteção e por complexidade, atuando por meio da Proteção Social Básica - PSB e da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade - PSE.

- II. **Proteção Social Básica - PSB:** Se caracteriza por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que visam prevenir situações de risco e vulnerabilidade social. A maioria dos serviços de Proteção Social Básica é ofertada através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), incluindo orientação e apoio socioassistencial, acesso a benefícios e serviços sociais, atividades comunitárias, entre outros. Inclui a concessão de benefícios, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Faz articulação com diversas políticas públicas (saúde, educação etc.) para uma atuação integrada e mais eficaz. Ela é fundamental para assegurar direitos, prevenir agravamentos de situações de vulnerabilidade (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) e promover a inclusão social de indivíduos e famílias.
- III. **Centro de Referência da Assistência Social - CRAS:** Unidade Pública de base territorial, estatal e descentralizada da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Oferece serviços de Proteção Social Básica – PSB, gerindo a rede de serviços em áreas de maior vulnerabilidade social. Desempenha um papel fundamental na estrutura da Assistência Social, atuando como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O CRAS é um espaço de acolhida, orientação e apoio, fundamental para a promoção da justiça social e para a prevenção de situações de risco nas comunidades mais vulneráveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil" "Doce Terra dos Colibris"

Processo nº	7112 / 05
Rubrica:	0
Folha nº	05

150 ANOS

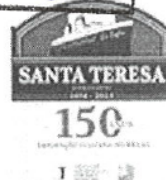
- IV. **Programa Bolsa Família - PBF:** É um programa de transferência de renda do Governo Federal, criado com o objetivo de combater a pobreza e a desigualdade no País. Este programa é parte integrante da Política de Assistência Social e tem como principal característica a Transferência de Renda que está atrelada ao cumprimento de determinadas condições, especialmente nas áreas de saúde e educação. Para ter acesso ao Bolsa Família, as famílias devem estar inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal que reúne informações sobre as famílias de baixa renda no país.
- V. **Cadastro Único:** é um mapa das famílias de baixa renda (meio salário-mínimo por pessoa) no Brasil. Mostra aos governos Federal, Estaduais e Municipais quem são essas famílias, como elas vivem e do que elas precisam para melhorar suas vidas. Essas famílias podem receber benefícios sociais como o Bolsa Família, descontos em tarifas públicas, Benefício de Prestação Continuada - BPC, dentre outros.
- VI. **Proteção Social Especial - PSE:** É um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que visam atender demandas que requerem acompanhamento individual e contínuo. Destina-se a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social, devido a violações de direitos como violência, abandono, negligência, entre outros. Essa modalidade de proteção social atua em situações de violação de direitos, como violência doméstica, exploração sexual, tráfico de pessoas, pessoas em situação de rua, uso de substâncias psicoativas, entre outros problemas graves que exigem intervenções mais complexas e especializadas. Ela pode ser dividida em dois níveis: Proteção Social Especial de Média Complexidade que se destina a situações de violação de direitos que ainda não romperam completamente os laços familiares e comunitários e Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que é voltada para situações de rompimento de laços familiares e comunitários, abandono ou ameaça de vida e segurança pessoal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"

Processo nº	7112/25
Rubrica:	Q
Folha nº	06



- VII. **Proteção Social Especial de Média Complexidade - PSEMC:** Se destina a famílias e indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade ou risco social, mas que ainda mantêm vínculos familiares e comunitários. Esses serviços são focados em situações de violação de direitos que não exigem o afastamento do indivíduo do seu núcleo familiar e comunitário. O CREAS é uma unidade da Proteção Social Especial de Média Complexidade - PSEMC.
- VIII. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS:** Unidade Pública de atendimento especializado e parte integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil. Ele é destinado a prestar serviços à famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. O CREAS desempenha um papel essencial na rede de Assistência Social, oferecendo suporte especializado e buscando a reabilitação e a garantia de direitos de pessoas em situações de vulnerabilidade agravada.
- IX. **Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI:** O PAEFI, é serviço obrigatório que deve ser ofertado no CREAS, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse serviço é fundamental para atender famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos ou situações de risco pessoal e social. Principais características e objetivos do PAEFI: atendimento especializado; fortalecimento de vínculos; ações de prevenção; elaboração de Plano de Atendimento; trabalho em rede; garantia de acesso a direitos e na promoção da autonomia dos usuários, contribuindo para a superação de vulnerabilidades e para a reconstrução de projetos de vida.
- X. **Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviço a Comunidade - PSC):** É um serviço que atua no acompanhamento de adolescentes que cometeram atos infracionais e a quem foi aplicada uma destas medidas pelo Sistema de Justiça. As medidas requerem acompanhamento e avaliação contínua por parte dos profissionais especializados. São fundamentais para assegurar que o adolescente receba suporte adequado durante o seu



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"

Processo nº	7112/25
Rubrica:	0
Folha nº	07



cumprimento, promovendo sua inserção social e prevenindo a reincidência. Este serviço está alinhado com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que preconiza a responsabilização com foco na reeducação e reintegração social do adolescente.

- XI. **Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias:** Este serviço é direcionado para o atendimento de pessoas com deficiência, idosos e suas famílias que se encontram em situação de dependência e que necessitam de cuidados contínuos que não podem ser prestados exclusivamente pela família. É essencial para garantir a proteção e a promoção dos direitos de pessoas com deficiência e idosos que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos.
- XII. **Serviço Especializado em Abordagem Social:** É uma estratégia essencial dentro da política de Assistência Social, focado principalmente em pessoas que estão em situação de rua/migrantes ou em outras condições de vulnerabilidade social extrema. Este serviço visa identificar e estabelecer vínculos com esses indivíduos, oferecendo-lhes acesso aos direitos sociais e encaminhamento para serviços e benefícios disponíveis. Este serviço é crucial para garantir que as pessoas em situação de rua/migrantes ou extrema vulnerabilidade social não sejam ignoradas, proporcionando a elas a oportunidade de reconstrução de seus projetos de vida e reinserção social.
- XIII. **Proteção Social Especial de Alta Complexidade:** Se destina a famílias e indivíduos em situação de risco extremo, onde há rompimento dos laços familiares e comunitários ou quando esses laços são inexistentes. Esta forma de proteção é oferecida a pessoas que enfrentam violações de direitos de extrema gravidade. São serviços da alta complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, Serviço de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos - ILPI, Residência Inclusiva, Serviço de Acolhimento em República e Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"

Processo nº: 7112/25
Rubrica: l
Folha nº: 08



- XIV. **Rede Socioassistencial:** É um conjunto organizado de serviços, programas, projetos e ações de Assistência Social, que atuam de forma integrada para garantir a proteção social aos cidadãos. Essa rede é parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e tem como objetivo assegurar direitos sociais, prevenir situações de risco e promover o bem-estar físico, mental e social dos indivíduos e famílias. A rede é fundamental para a efetivação da Política de Assistência Social, assegurando suporte a pessoas em situação de vulnerabilidade, risco social ou pessoal e contribuindo para a redução de desigualdades.
- XV. **Sistema de Garantia de Direitos - SGD:** é a articulação e a integração das Instituições Públicas e da sociedade civil, com o objetivo de aplicar os instrumentos normativos e existentes para garantir os direitos, seja na esfera Estadual, Federal, Distrital ou Municipal, sendo formado por três eixos: promoção, controle e a defesa. Baseia-se na proteção jurídico-legal (com leis e normativas), na proteção por políticas públicas (educação, saúde, assistência social, entre outras) e na proteção social e comunitária (envolvimento da sociedade e da comunidade). Inclui órgãos governamentais e não governamentais, como Conselho Tutelar, Ministério Público, Vara da Infância e Juventude, entidades de atendimento, organizações sociais, entre outros. Foca tanto na prevenção de violações dos direitos quanto no atendimento e na reparação quando estas violações ocorrem, promovendo um ambiente seguro e propício para desenvolvimento integral do indivíduo.

CAPÍTULO IV DA BASE LEGAL

Art. 4º. A presente Instrução Normativa integra o conjunto de ações de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal, no sentido de normatizar e disciplinar as rotinas e procedimentos a serem observados para o atendimento e acompanhamento das famílias e indivíduos no acesso aos serviços ofertados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, que tem como base legal os dispositivos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"



abaixo mencionados:

- I. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- II. Resolução CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social nº 109/2009 -
Tipificação dos Serviços Socioassistenciais;
- III. Lei nº 8.242/1991 – Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do
Adolescente - CONANDA;
- IV. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social -
CREAS/2011;
- V. Orientações Técnicas para Serviço de Acolhimento a Crianças e Adolescentes/2009;
- VI. Resolução CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social nº 033/2012 - Norma
Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS);
- VII. Lei nº 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS;
- VIII. Lei nº 12.435/2011 que altera a Lei nº 8.742/1993, que dispõe sobre a Organização
da Assistência Social, instituindo o Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- IX. Resolução CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social nº 145/2004 -Política
Nacional de Assistência Social - PNAS;
- X. Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;
- XI. Lei nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso;
- XII. Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha.

Processo nº	7112/25	
Rubrica:	0	Folha nº 09

Sim (X)	Não ()	Não se aplica ()

CAPÍTULO V DOS PROCEDIMENTOS

SEÇÃO I DO OBJETIVO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 5º. O CREAS atende famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000
TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72 www.santateresa.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"



Processo nº	7112/25
Rubrica:	0
Folha nº	10

por violação de direitos, visando, dentre outros aspectos:

- I. O fortalecimento da função protetiva da família e indivíduos, com atendimento especializado e contínuo;
- II. O rompimento de padrões de relacionamento familiares e comunitários com violação de direitos;
- III. A superação das situações de vulnerabilidade e risco, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e promovendo a reintegração social.

Sim (X)	Não ()	Não se aplica ()

- IV. A superação da violência vivenciada e a reconstrução de relacionamentos familiares, comunitários ou construção de novas referências, quando assim necessário;
- V. O acesso das famílias e indivíduos a direitos socioassistenciais e a rede de proteção social;
- VI. O exercício do protagonismo e da participação social;
- VII. Prevenção de agravamentos que levem a institucionalização de crianças, adolescentes e idosos.

Sim (X)	Não ()	Não se aplica ()

Art. 6º. Não compete ao CREAS:

- I. Ocupar lacunas provenientes da ausência de atendimentos que devem ser ofertados na rede por outras políticas públicas e/ou órgãos de defesa de direitos;
- II. Assumir a responsabilidade da Segurança Pública (Delegacias Especializadas, unidades do sistema prisional etc.), dos órgãos de defesa e responsabilização (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar) ou de outras políticas (saúde mental etc.);
- III. Assumir atribuição de investigação/apuração para a responsabilização dos autores



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"



Processo nº: 7112/25	
Rubrica: 2	Folha nº: 11

de violência.

IV. Verificar ficha criminal de seus usuários.

Sim (X)	Não ()	Não se aplica ()
---------	---------	-------------------

Art. 7º. A localização do CREAS deve ser estratégica, de fácil acesso, próximo das áreas com maior concentração do público a ser atendido.

Sim (X)	Não ()	Não se aplica ()
---------	---------	-------------------

Art. 8º. São espaços necessários ao CREAS:

- I. Recepção;
- II. Salas específicas para uso da Gerência, Equipe Técnica e Setor Administrativo;
- III. Salas de atendimento individual, familiar e em grupo, em quantidade condizente com os serviços ofertados e a capacidade de atendimento da unidade;
- IV. No mínimo dois banheiros coletivos, com adaptação para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida;
- V. Cozinha e refeitório.

Sim (X)	Não ()	Não se aplica ()
---------	---------	-------------------

Art. 9º. O CREAS funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 15h30min. Quando necessário, realiza-se atividades/atendimentos noturnos, em feriados ou fins de semana.

O CREAS funciona de 8 às 16h. Excepcionalmente realiza atendimentos e visitas domiciliares após o horário, feriados e fins de semana.		
Sim ()	Não (X)	Não se aplica ()



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"

Processo nº	7112 / 25
Rubrica:	<i>[assinatura]</i>
Folha nº	12

Art. 10. Qualquer medida ou intercorrência que comprometa o funcionamento ou atendimento aos usuários, a Gerência do CREAS deverá, obrigatoriamente, oficiar a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, para que sejam tomadas as providências necessárias.

Sim (<input checked="" type="checkbox"/>)	Não ()	Não se aplica ()
---	-----------	---------------------

SEÇÃO II DOS SERVIÇOS OFERTADOS NO CREAS

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, obrigatoriamente é ofertado no CREAS, tendo para isso Equipe Técnica de Referência Mínima, considerando ser o município de Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 habitantes).

- I. As demandas advindas dos serviços relacionados nas alíneas abaixo são absorvidas e atendidas pela Equipe Técnica de Referência do PAEFI/CREAS, pois, considerando a pequena demanda existente no Município, não se justifica a implementação de tais serviços.
- a) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida em Meio Aberto - LA, Prestação de Serviço a Comunidade – PSC;
 - b) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
 - c) Serviço Especializado em Abordagem Social.

Sim (<input checked="" type="checkbox"/>)	Não ()	Não se aplica ()
---	-----------	---------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"

Processo nº	7112/25
Rubrica:	
Folha nº	13

Art. 12. A Equipe de Referência do CREAS, para atendimento das demandas advindas dos serviços elencados no Art. 11 é composta de:

- a) 01 Gerente;
- b) 01 Assistente Social;
- c) 01 Psicólogo(a);
- d) 01 Advogado(a);
- e) 01 Pedagogo(a);
- f) 01 Técnico de nível médio (abordagem social);
- g) 01 Auxiliar administrativo;
- h) 01 Motorista;
- i) 01 Auxiliar de serviços gerais.

Sim (X)	Não ()	Não se aplica ()
---------	---------	-------------------

Parágrafo único. Considerando o porte do Município e Equipe Técnica de Referência, o CREAS de Santa Teresa/ES, tem capacidade para inserir e acompanhar até 50 (cinquenta) famílias/indivíduos, independente do número de usuários que necessitam de atendimentos.

Sim (X)	Não ()	Não se aplica ()
---------	---------	-------------------

Art. 13. O acesso para atendimento no CREAS se dá por meio de:

- I. Encaminhamentos dos serviços socioassistenciais;
- II. Encaminhamentos do Sistema de Garantia de Direitos - SGD (Ministério Público, Delegacias, Poder Judiciário, Conselho Tutelar);
- III. Encaminhamentos das demais Políticas Públicas;
- IV. Encaminhamentos de denúncias feitas através do disque 100;
- V. Busca ativa;
- VI. Demanda espontânea.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"

Processo nº:	7112/25
Rubrica:	14
Folha nº:	14



- a) Não se aceita denúncia anônima;
- b) Não se aceita denúncia verbal originária de agentes públicos. Cabe ao profissional que atender as demandas realizar as orientações quantos aos procedimentos;
- c) Em caso de denúncia de agressão física acontecendo em tempo real, que sejam acionados os órgãos de segurança pública competente ou pelo número 190;
- d) Em caso de relatos de situações de violações de direitos, orientar a procura dos órgãos competentes ou ligar para o disque 100, 180 e 190;
- e) Denúncia de violação de direitos onde a vítima é criança ou adolescente deve ser realizada diretamente no Conselho Tutelar.

Acessar no caso II (... Defensoria Pública)		
Sim ()	Não (X)	Não se aplica ()

Art. 14. Todas as famílias e indivíduos que sofram qualquer tipo de violência: mulher vítima de violência doméstica/psicológica/patrimonial; crianças, adolescentes, idosos e deficientes vítimas de qualquer tipo de violência; adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC); pessoas em situação de rua/migrantes, que aceitem os serviços ofertados, serão atendidas e, se necessário, inseridas e acompanhadas no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, ofertado na unidade CREAS.

Sim (X)	Não ()	Não se aplica ()
---------	---------	-------------------

SUBSEÇÃO II
SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS –
PAEFI E DEMANDAS DOS DEMAIS SERVIÇOS

Art. 15. São atendidas e inseridas no PAEFI/CREAS as famílias ou indivíduos com direitos violados conforme Artigo 14 e que sofram:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"



- I. Violência física e/ou psicológica;
- II. Violência sexual, abuso e/ou exploração sexual;
- III. Tráfico de pessoas;
- IV. Violência financeira;
- V. Prática de trabalho infantil;
- VI. Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia;
- VII. Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provoquem danos e agravos a sua condição de vida que os impeçam de usufruir de autonomia e bem-estar;
- VIII. Descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família - PBF em decorrência de violação de direitos.
 - a) Em caso de famílias e indivíduos que necessitam de afastamento imediato em função da violência vivenciada, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS, disponibilizará local provisório e sigiloso pelo prazo necessário para que outras medidas sejam tomadas e, em casos mais extremos, o acolhimento nos espaços institucionais existentes.

Processo nº	7112/25	
Rubrica:	2	Folha nº 15

Sim (X)	Não ()	Não se aplica ()

Art.16. O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, através da Equipe Técnica, atende e acompanha os usuários por meio de:

- I. Acolhida;
- II. Escuta;
- III. Estudo social;
- IV. Visita domiciliar e institucional, quando necessário;
- V. Diagnóstico socioeconômico;
- VI. Monitoramento e avaliação do serviço;
- VII. Orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais;
- VIII. Construção de Plano Individual (PIA) e/ou Plano de Atendimento Familiar (PAF);

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000

TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72 www.santateresa.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"



- IX. Orientação sociofamiliar;
- X. Atendimento psicossocial;
- XI. Orientação jurídico-social;
- XII. Referência e contrarreferência;
- XIII. Registro em prontuário;
- XIV. Orientação sobre direitos;
- XV. Apoio à família na sua função protetiva;
- XVI. Acesso à documentação pessoal;
- XVII. Mobilização de família extensa ou ampliada;
- XVIII. Articulação da rede de serviços socioassistenciais;
- XIX. Articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais;
- XX. Articulação interinstitucional com os demais órgãos do SGD (Sistema de Garantia de Direitos);
- XXI. Mobilização para o exercício da cidadania;
- XXII. Trabalho interdisciplinar;
- XXIII. Elaboração de relatórios, quando necessário;
- XXIV. Atendimento familiar, individual e em grupo;
- XXV. Mobilização e fortalecimento da rede social de apoio.

Processo nº	7112/25
Rubrica:	Q
Folha nº	16

Sim (X)	Não ()	Não se aplica ()

Art. 17. O desligamento dos usuários do serviço se dá:

Parágrafo Primeiro. Por meio de avaliação da Equipe Técnica juntamente com o usuário, quanto ao cumprimento do Plano de Acompanhamento Familiar/Individual, verificando se os seguintes objetivos foram atingidos:

- I. Rompimento de padrões violadores de direitos no interior da família;
- II. Reparação de danos e da incidência da violação de direitos;
- III. Prevenção da reincidência de violações de direitos;
- IV. Fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva e sua inclusão



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"



Processo nº	7112/25	
Rubrica:	0	Folha nº 17

no sistema de proteção social e nos serviços públicos;

- V. Restauração da integridade e autonomia dos usuários;
- VI. Encaminhamento para os demais serviços da Rede Pública do Município;
- VII. Contrarreferência aos serviços e programas ofertados pela Proteção Social Básica - PSB.

Art. 17 - substituir a palavra desligamento por suspensão.		
Sim ()	Não (X)	Não se aplica ()

Parágrafo Segundo. Pela não adesão do usuário aos serviços ofertados, considerando que os serviços do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) são ofertados e não impostos ou por se mudar para outro município;

Sim (X)	Não ()	Não se aplica ()

Parágrafo Terceiro. O desligamento, com ou sem adesão por parte do usuário, quando necessário e mediante solicitação, será comunicado ao Ministério Público e ao Poder Judiciário através de ofício ou relatório.

§ 3º - substituir a palavra desligamento por suspensão		
Sim ()	Não (X)	Não se aplica ()

Art. 18. Quando o usuário for desligado do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, se necessário, será encaminhado ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, para que seja inserido nos serviços e programas ofertados pela Proteção Social Básica - PSB, e assim prevenir seu retorno à média complexidade.

Art. 18 - substituir a palavra desligado por suspenso		
Sim ()	Não (X)	Não se aplica ()



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"



SUBSEÇÃO III

Processo nº	7112/25	
Rubrica:	0	Folha nº 18

**ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO AOS ADOLESCENTES/JOVENS EM
CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE LIBERDADE ASSISTIDA
EM MEIO ABERTO- LA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A COMUNIDADE - PSC**

Art. 19. Os adolescentes de 12 a 18 anos incompletos e os jovens de 18 a 21 anos em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), são acompanhados pela Equipe Técnica de Referência do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI/CREAS.

Sim (X)	Não ()	Não se aplica ()

Art. 20. O adolescente ou jovem acessa o serviço por meio do encaminhamento formalda Guia de Execução enviada pelo Poder Judiciário - Comarca de Santa Teresa/ES.

Sim (X)	Não ()	Não se aplica ()

Art. 21. O adolescente ou jovem em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE), de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), inicia seu acompanhamento mediante os procedimentos constantes dos Incisos I ao XXV, do Artigo 16, desta Instrução Normativa, e ainda:

- I. Acompanhamento interdisciplinar com frequência mínima quinzenal;
- II. Criação de condições para a construção e reconstrução de projetos de vida;
- III. Contribuição para o reposicionamento do adolescente frente a prática do ato infracional;
- IV. Contribuição para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de autonomias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"

Processo nº: 7112/25	Folha nº 19
Rubrica: <i>[assinatura]</i>	

- V. Possibilidade de acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências;
- VI. Inserção do adolescente ou jovem em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais;
- VII. Avaliação bimestral do cumprimento da medida socioeducativa;
- VIII. Acompanhamento da vida escolar como: matrícula, frequência e desempenho.

Art. 21 O adolescente ou jovem em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e ...		
Sim ()	Não (X)	Não se aplica ()

Art. 22. No decorrer do acompanhamento do adolescente ou jovem, deve-se observar que, se estiver cumprindo mais de uma medida (número de processos diferentes), além do prontuário, a Equipe Técnica deverá:

- I. Manter prontuário com registro individual para o acompanhamento de cada Processo/ Ato Infracional/ Guia de Execução, que originou a Medida Socioeducativa (MSE) aplicada, considerando que ao enviar relatório ao Poder Judiciário, este deve se reportar ao número específico de cada Processo/Ato Infracional;
- II. Utilizar formulários diferenciados para o acompanhamento do cumprimento da Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC);
- III. A Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) é cumprida integralmente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e a Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) é cumprida, preferencialmente, nas demais Secretarias Municipais.

Sim (X)	Não ()	Não se aplica ()

Art. 23. A Equipe Técnica Interdisciplinar, obrigatoriamente, encaminhará relatórios de

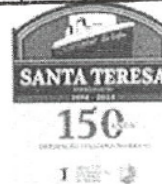
Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000
TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72 www.santateresa.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"

Processo nº	7112/25
Rubrica:	<i>[assinatura]</i>
Folha nº	20



acompanhamento do adolescente ou jovem ao Juiz da Vara Única da Comarca de Santa Teresa-ES, relatando a evolução do adolescente ou jovem no cumprimento da medida socioeducativa aplicada.

Sim (<input checked="" type="checkbox"/>)	Não ()	Não se aplica ()

Art. 24. O desligamento do adolescente se dará por:

- I. Meio de avaliação da Equipe Técnica, juntamente com o adolescente ou jovem, quanto ao cumprimento do Plano Individual de Acompanhamento (PIA) e verificando se a Medida Socioeducativa aplicada foi cumprida integralmente, com envio de relatório final ao Juiz da Comarca;
- II. Pela não adesão às intervenções realizadas pelo serviço ou evasão do adolescente ou jovem:
 - a) Considera-se evadido o adolescente ou jovem que não comparecer para o cumprimento da medida por 02 (dois) meses consecutivos.

Art. 24 - substituir a palavra desligamento por suspensão. Inciso I - na 1ª linha acrescentar as palavras E SUA FAMÍLIA após a palavra jovem		
Sim ()	Não (<input checked="" type="checkbox"/>)	Não se aplica ()

Art. 25. Feito o desligamento do serviço, se necessário, a Equipe de Referência encaminha o adolescente ou jovem e sua família para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, para que sejam inseridos e acompanhados pelos serviços e programas ofertados pela Proteção Social Básica - PSB, com o intuito de prevenir seu retorno para a média complexidade.

Art. 25 - substituir a palavra desligamento por suspensão		
Sim ()	Não (<input checked="" type="checkbox"/>)	Não se aplica ()



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"



Processo nº	7112/25
Rubrica:	21

SUBSEÇÃO IV
DA ABORDAGEM SOCIAL

Art. 26. A abordagem social é realizada diariamente ou assim que se identifica os indivíduos, inclusive crianças que utilizam os espaços públicos como forma de moradia ou sobrevivência.

- I. No Município, a grande maioria de indivíduos abordados são migrantes/flutuantes, que utilizam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência de forma passageira;
- II. Ao identificar crianças e/ou adolescentes na abordagem, o Conselho Tutelar é imediatamente acionado;
- III. Ao identificar que o indivíduo abordado apresenta quadro de complicação de saúde, comprometimento cognitivo seguido de comportamento agressivo, a Equipe Técnica aciona o Serviço de Saúde do Município;
- IV. Se o indivíduo estiver alcoolizado, não será abordado, vez que não terá condições de absorver qualquer orientação;
- V. A forma de acesso do indivíduo abordado ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, se dará por meio de:
 - a) Orientação do Técnico de Abordagem;
 - b) Encaminhamento aos serviços socioassistenciais;
 - c) Encaminhamento para as demais Políticas Públicas e Instituições do Município;
 - d) Demanda espontânea;
 - e) Busca ativa;
 - f) Informação da população.

Art. 26 - V - Alínea "b" - Encaminhamento dos demais para os serviços socioassistenciais		
Alínea "e" - Encaminhamento DAS demais ---		
Sim ()	Não (X)	Não se aplica ()



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"

Processo nº	7112/25
Rubrica:	22
Folha nº	22

SANTA TERESA
150
1874-2024
150 ANOS DE FUNDAÇÃO

Art. 27. Após a abordagem o indivíduo é orientado a procurar o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, onde é atendido pela Equipe Técnica Interdisciplinar que identificará as necessidades imediatas do usuário, como:

- I. Alimentação;
- II. Solicitação de passagem, respeitando o direito de ir e vir:
 - a) A passagem será concedida 01 vez a cada 6 meses para cada indivíduo;
 - b) Pessoas em situação de rua, beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) e BPC (Benefício de Prestação Continuada), serão orientadas a utilizarem de seus próprios recursos em caso de migrarem para outros municípios, salvo se urgência em função de oportunidade de trabalho ou retorno aos familiares, após contato realizado pela Equipe Técnica;
- III. Regularização de documentos e/ou segunda via;
- IV. Contato com familiares;
- V. Oferta de banho e kit higiene;
- VI. Necessidade/oportunidade de trabalho;
- VII. Encaminhamento ao serviço de saúde, se necessário.

Sim (X)	Não ()	Não se aplica ()

Art. 28. O indivíduo que utilizar os espaços públicos do Município como forma de moradia e sobrevivência por mais de 02 (dois) meses ininterruptos será considerado pessoa em situação de rua do Município e será inserido no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI/CREAS.

Sim (X)	Não ()	Não se aplica ()



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"

Processo nº	7112/25
Rubrica:	0
Folha nº	23



Art. 29. O acompanhamento dos usuários será realizado conforme previsto no Artigo 16 e incisos, desta Instrução Normativa e ainda:

- I. Encaminhamento ao Cadastro Único e a inserção aos Programas de Transferência de Renda, como o Programa Bolsa Família – PBF, acesso à benefícios assistenciais, dentre eles, o Benefício de Prestação Continuada – BPC e demais programas e serviços da Proteção Social Básica a que tenha direito;
- II. Manutenção da identidade e integridade do indivíduo;
- III. Conhecer a história do indivíduo que está sendo atendido e preservá-la;
- IV. Receber e guardar, no respectivo prontuário, documentos pessoais quando solicitado pelo usuário;
- V. Manter no prontuário cópias dos documentos pessoais (facilita a emissão de segunda via, quando necessário);
- VI. Restauração e preservação da integridade e autonomia, inclusive financeira;
- VII. Construir com o usuário seu processo de saída das ruas.
 - a) Quando o usuário se organizar e passar a ter uma moradia no Município, será encaminhado ao CRAS para ser inserido e acompanhado pelos Serviços e Programas ofertados pela Proteção Social Básica - PSB, quando necessário.

Sim (X)	Não ()	Não se aplica ()

Art. 30. A pessoa em situação de Rua que deixar de utilizar os espaços públicos do Município e migrar para outro, com passagem do Poder Público ou não, terá seu atendimento suspenso provisoriamente e seu prontuário encaminhado ao arquivo inativo.

Sim (X)	Não ()	Não se aplica ()



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"



CAPÍTULO VI DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Processo nº	7112/25
Rubrica:	24

Art. 31. Os esclarecimentos adicionais a respeito desta Instrução Normativa poderão ser obtidos junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e na Unidade Central de Controle Interno que, por sua vez, através de procedimentos de controle e por meio de métodos de amostragem, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades de estrutura organizacional.

Art. 32. Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais e/ou técnicos assim exigirem, a fim de verificar a sua adequação aos requisitos da Instrução Normativa SCI nº 01/2013 (Norma das Normas), bem como manter o processo de melhoria contínua dos Serviços Públicos Municipais.

Art. 33. A realização de procedimentos de todas as unidades envolvidas, sem a observância das tramitações, registros e controles estabelecidos nesta Instrução Normativa, estará sujeita à responsabilização administrativa, sem prejuízo das demais sanções legais.

Art. 34. Toda e qualquer irregularidade encontrada pelos servidores responsáveis pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Santa Teresa, bem como as demais unidades sujeitas à observância desta Instrução Normativa, deverão, obrigatoriamente, ser comunicadas à autoridade competente bem como a Unidade Central de Controle Interno – UCCI.

Art. 35. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua Publicação.

Santa Teresa – ES, 07 de março de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do
Brasil" "Doce Terra dos Colibris"

Processo nº	7112/25
Rubrica:	<i>[assinatura]</i>
Folha nº	25



SUGESTÕES:

O fluxograma precisa ser alterado.

Nome do Servidor (a) Responsável pelo preenchimento do Checklist:

MARIA AIRES TEIXEIRA

Função:

GERENTE DO CREAS

Santa Teresa – ES, *25 / 06 / 2025*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



FLUXOGRAMA CREAS

Processo nº	7112/25
Rubrica:	0
Folha nº	26

FORMAS DE ACESSO

DEMANDA ESPONTÂNEA
ENCAMINHAMENTOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL
ENCAMINHAMENTO DO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS

CREAS

ACOLHIMENTO DA FAMÍLIA OU INDIVÍDUO

ESTUDO DE CASO

CONFIGURA VIOLAÇÃO DE DIREITOS?

SIM

ACOMPANHAMENTO PELO PAEFI

ENCAMINHAMENTOS PARA OS SERVIÇOS
DA REDE SOCIOASSISTENCIAL E DEMAIS
SERVIÇOS E PROGRAMAS DA REDE
MUNICIPAL

- ATENDIMENTO INDIVIDUAL
- ATENDIMENTO EM GRUPO
- VISITA DOMICILIAR
- ENCAMINHAMENTOS
- ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL
- ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
- REGISTRO EM PRONTUÁRIO

NÃO

- REALIZA ATENDIMENTO PONTUAL
- REGISTRO EM PRONTUÁRIO

DESLIGAMENTO
(REMETE AO ARQUIVO INATIVO)

- FAZER RELATÓRIO (SE SOLICITADO)
- ENCAMINHAR AO CRAS E DEMAIS
POLÍTICAS PÚBLICAS (SE NECESSÁRIO)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Nº. PROCESSO

7172/25

RUBRICA

FOLHA

10

27

A Secretaria Municipal de Assistência Social

Em 11/06/25

Assinatura

Mônica Maria Dossi Blasutti
Setor de Protocolo

A Gerência do CREAS,
para conhecimento e providências.
Em 11/06/25

Ivana Maria Massini da Costa
Secretaria Municipal de
Assistência Social

A
SMAS

Para as considerações anotadas, conforme
solicitado.

Em 25 de junho de 2025

Maria Aires Teixeira
Gerente do Creas

A UCCI,
Encaminho questionário respondido conforme
solicitação através do Ofício UCCI nº 96/2025.
Em 30/06/25

Ivana Maria Massini da Costa
Secretaria Municipal de
Assistência Social

VERSO

A SMAS

ENCAMINHAMOS O RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2019 - VERSÃO 02 DO SISTEMA DE BEM-ESTAR SOCIAL, QUE DISPÕE SOBRE O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA CONHECIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

APÓS CONHECIMENTO RETORNAR PARA ESTA UCCI.

14/07/2025

ROQUE BRAS LUCHI

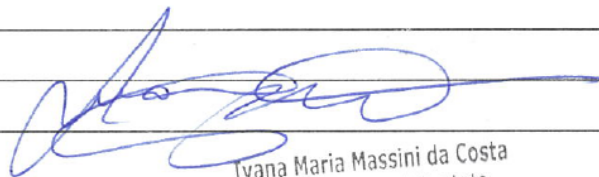
ANALISTA PÚBLICO DE
TRANSPARENCIA E INTEGRIDADE

A UCCI,

Tendo em vista o recebimento do Relatório de Inspeção referente à Instrução Normativa nº 03/2019 - Versão 02 que dispõe sobre o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, informamos que esta Secretaria já tomou conhecimento das alterações do documento.

Assim sendo, encaminho para as providências cabíveis.

Em 30/07/25



Ivana Maria Massini da Costa
Secretaria Municipal de
Assistência Social

A SEGOV

ENCAMINHAMOS PARA CONHECIMENTO DO SR. PREFEITO MUNICIPAL O RELATÓRIO DE INSPEÇÃO REALIZADO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2019 - VERSÃO 02 DO SISTEMA DE BEM-ESTAR SOCIAL, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA O ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS ATENDIDOS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS. (FIS. 28/32).

APÓS CONHECIMENTO RETORNAR ESTE PROCESSO PARA A UCCI.

01/08/2025

ROQUE BRAS LUCHI

ANALISTA PÚBLICO DE
TRANSPARENCIA E INTEGRIDADE



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"
"Doce Terra dos Colibris"

Processo nº	7112/2025
Rubrica:	710
Folha nº	28

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO REALIZADA NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2019 VERSÃO 02, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 130/2024, DE 07 DE MARÇO DE 2024, DO SISTEMA DE BEM-ESTAR SOCIAL, QUE TEM COMO OBJETIVO ESTABELECEER DIRETRIZES, PROCEDIMENTOS E PADRÕES OPERACIONAIS PARA O ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS ATENDIDOS PELOS SERVIÇOS OFERTADOS NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE, DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA – ES.

1. INTRODUÇÃO

Em observância ao Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI Exercício de 2025, a Unidade Central de Controle Interno realizou a inspeção na Instrução Normativa nº 03/2019 Versão 02 do Sistema de Bem-Estar Social, que tem como objetivo estabelecer diretrizes, procedimentos e padrões operacionais para o atendimento e acompanhamento das famílias e indivíduos atendidos pelos serviços ofertados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, do Sistema Único de Assistência Social, através da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Santa Teresa – ES.

O trabalho de inspeção foi realizado no mês de julho de 2025, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, usando o método de questionário desenvolvido de acordo com os procedimentos definidos na Instrução Normativa nº 03/2019 Versão 02, e seus respectivos pontos de controle.

O objetivo da inspeção é identificar possíveis áreas de risco potencial e os pontos de controle que devem existir na Secretaria Municipal de Assistência Social das atividades elencadas na referida Instrução Normativa, inspecionando através de análise das ações e procedimentos, gerando informações que facilitem a tomada de decisões dos responsáveis pela supervisão ou pela iniciativa de ações corretivas, visando prevenir ou solucionar problemas, evitando demandas desnecessárias e infrações administrativas.

Nenhum impedimento foi imposto quanto ao método ou extensão dos trabalhos de inspeção. Os procedimentos para o levantamento das informações foram realizados de acordo com a natureza e atividade da unidade inspecionada e abrangeram suas áreas de atuação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"
"Doce Terra dos Colibris"

Processo nº	7112/2025
Rubrica:	29

2. BASE LEGAL

- A Instrução Normativa nº 03/2019, Versão 02 do Sistema de Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal de Santa Teresa, regulamentada pelo Decreto nº 130/2024, de 07 de março de 2024.

3. DAS CONSTATAÇÕES

Para a realização do trabalho de inspeção foi elaborado um questionário na forma de checklist na própria Instrução Normativa nº 03/2019, Versão 02, que tem como objetivo estabelecer diretrizes, procedimentos e padrões operacionais para o atendimento e acompanhamento das famílias e indivíduos atendidos pelos serviços ofertados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, do Sistema Único de Assistência Social, através da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Santa Teresa – ES.

O questionário da Instrução Normativa nº 03/2019, Versão 02, foi protocolizado através do Processo Administrativo nº 7112/2025, nas fls. 03/26.

- 3.1 – Constata-se que as informações constantes no referido questionário, objeto desta inspeção, foram prestadas pela Servidora Maria Aires Teixeira, Gerente do CREAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Santa Teresa.
- 3.2 – Constata-se que o Artigo 9º, do Capítulo V – Dos Procedimentos, deverá ser alterado, informando o novo horário de atendimento no Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
- 3.3 – Constata-se que o Artigo 13, do Capítulo V – Dos Procedimentos, deverá ser alterado, acrescentando "Defensoria Pública", no Inciso II
- 3.4 – Constata-se que o Artigo 17, do Capítulo V – Dos Procedimentos, deverá ser alterado, substituindo a palavra "desligamento" por "suspensão".



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo nº	7112/2025
Rubrica:	30

- 3.5 – Constata-se que o Artigo 17, Parágrafo Terceiro do Capítulo V – Dos Procedimentos, deverá ser alterado, substituindo a palavra “desligamento” por “suspensão”.
- 3.6 – Constata-se que o Artigo 18, do Capítulo V – Dos Procedimentos, deverá ser alterado, substituindo a palavra “desligado” por “suspensão”.
- 3.7 – Constata-se que o Artigo 21, do Capítulo V – Dos Procedimentos, deverá ser alterado, acrescentado no texto “em meio aberto de liberdade assistida (LA)”, após “Medida Socioeducativa (MSE).”.
- 3.8 – Constata-se que o Artigo 24, do Capítulo V – Dos Procedimentos, deverá ser alterado, substituindo no caput do artigo, a palavra “desligamento” por “suspensão”, e acrescentar “e sua família” após a palavra “jovem”.
- 3.9 – Constata-se que o Artigo 25, do Capítulo V – Dos Procedimentos, deverá ser alterado, substituindo a palavra “desligamento” por “suspensão”.
- 3.10 – Constata-se que o Artigo 26, do Capítulo V – Dos Procedimentos, Inciso V, alínea “b” deverá ser alterado, passando para “Encaminhamento dos demais serviços socioassistenciais”.
- 3.11 – Constata-se que o Artigo 26, do Capítulo V – Dos Procedimentos, Inciso V, alínea “c” deverá ser alterado, passando para “Encaminhamento DAS demais Políticas Públicas e Instituições do Município”.
- 3.12 – Constata-se a “Sugestão” na fl. 25 que o fluxograma da Instrução Normativa nº 03/2029 – Versão 02, precisa ser alterado.

4. DAS RECOMENDAÇÕES

- 4.1 – Recomenda-se a Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Setor responsável, **elaborar a versão 03 da Instrução Normativa SBE nº 03/2019**, alterando a redação dos artigos e incisos citados nas respostas do questionário, e outros itens que considerar necessário, conforme expomos a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo nº	7112/2025
Rubrica	31

- 4.2 – Alterar o Artigo 9º, do Capítulo V – Dos Procedimentos, informando o novo horário de atendimento no Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
- 4.3 – Alterar o Artigo 13, do Capítulo V – Dos Procedimentos, acrescentando "Defensoria Pública", no Inciso II
- 4.4 – Alterar o Artigo 17, do Capítulo V – Dos Procedimentos, substituindo a palavra "desligamento" por "suspensão".
- 4.5 – Alterar o Artigo 17, Parágrafo Terceiro do Capítulo V – Dos Procedimentos, substituindo a palavra "desligamento" por "suspensão".
- 4.6 – Alterar o Artigo 18, do Capítulo V – Dos Procedimentos, substituindo a palavra "desligado" por "suspense".
- 4.7 – Alterar o Artigo 21, do Capítulo V – Dos Procedimentos, acrescentado no texto "em meio aberto de liberdade assistida (LA)", após "Medida Socioeducativa (MSE)".
- 4.8 – Alterar o Artigo 24, do Capítulo V – Dos Procedimentos, substituindo no caput do artigo, a palavra "desligamento" por "suspensão", e acrescentar "e sua família" após a palavra "jovem".
- 4.9 – Alterar o Artigo 25, do Capítulo V – Dos Procedimentos, substituindo a palavra "desligamento" por "suspensão".
- 4.10 – Alterar o Artigo 26, do Capítulo V – Dos Procedimentos, Inciso V, alínea "b", passando para "Encaminhamento dos demais serviços socioassistenciais".
- 4.11 – Alterar o Artigo 26, do Capítulo V – Dos Procedimentos, Inciso V, alínea "c", passando para "Encaminhamento DAS demais Políticas Públicas e Instituições do Município".
- 4.12 – Alterar o fluxograma da Instrução Normativa nº 03/2029 – Versão 02, conforme a sugestão mencionada na fl. 25.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo nº	7112/2025
Rubrica:	32

- 4.13 – Recomenda-se que a Instrução Normativa SBE nº 03/2019 VERSÃO 03, mencionada no item 4.1 com os anexos e o respectivo fluxograma, seja protocolada por meio de um novo processo, com a devida descrição, em ofício, das alterações realizadas, e após a ciência da Secretária Municipal de Assistência Social seja encaminhada para a Unidade Central de Controle Interno.

5. DA CONCLUSÃO

Por fim, a Unidade Central de Controle Interno conclui o Relatório de Inspeção na Instrução Normativa nº 03/2019 Versão 02 do Sistema de BEM-ESTAR SOCIAL, que tem como objetivo estabelecer diretrizes, procedimentos e padrões operacionais para o atendimento e acompanhamento das famílias e indivíduos atendidos pelos serviços ofertados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, do Sistema Único de Assistência Social, através da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Santa Teresa, **e presume-se não haver outras inconsistências**, contudo a eventual possibilidade de descoberta de equívocos ou anormalidades **é passível de apontamentos em análises futuras**.

Desta forma e diante de todo o exposto, a Unidade Central de Controle Interno, encaminha o Relatório de Inspeção para a Secretaria Municipal de Assistência Social para conhecimento da Sra. Secretária Municipal, e **posteriormente** seja encaminhado para a manifestação do (a) responsável quanto às **recomendações relacionadas nos Itens 4.1 a 4.13**, e após que o processo retorne à esta UCCI para acompanhamento das recomendações e arquivamento.

Santa Teresa – ES, 11 de julho de 2025.


Roque Brás Luchi

Analista Público de
Transparência e Integridade


Juliana Sales

Controladora Geral Interna



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Nº. PROCESSO

7112/2025

RUBRICA

FOLHA

33

VCC

Receita do Relatorio
f. 28/32
Em 14/08/2025

KLEBER MEDICI DA COSTA
Prefeito Municipal de Santa Teresa

